

A RACIONALIZAÇÃO URBANA E O IMPACTO DOS ESPAÇOS FORTIFICADOS NAS DINÂMICAS SOCIAIS DA CIDADE

Cristiano Ricardo de Azevedo Pacheco

Doutorando em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas – FEUC/ Coimbra e em Sociologia

PPGS/ UFS (Cotutela)

Bolsista CAPES

cristiano.pacheco@uc.pt

Resumo

O presente trabalho insere-se numa agenda de discussões que tem como abordagem as noções ligadas à sociologia das cidades, envolvendo a observação da racionalização da vida cotidiana urbana, onde os princípios que fundamentam a ordem estabelecida são percebidos nas diferentes instâncias sociais, através das transformações das relações interpessoais geradas pelo aumento da restrição social e individualização. Portanto, pretende-se discutir a questão da diferença e da alteridade a partir da observação da racionalização das cidades e consequente imposição da cultura de consumo, imbrincada no uso e ocupação de espaços urbanos por arquiteturas que ensejam fortificações, como shoppings centers, centros comerciais, espaços gentrificados, condomínios habitacionais fechados, dentre outros, que compõem o nosso objeto de estudo. Metodologicamente, o trabalho se baseia na contextualização da cultura da diferença e convivências sociais nas grandes cidades da América Latina, a partir dos referenciais críticos da atualidade e na observação, nos últimos anos, da proliferação de construções de espaços fortificados. Salientamos que, o espaço fortificado constituinte de fronteiras modernas alicerçadas em padrões de consumo implica na criação de novos modos de vida urbano, caracterizado como uma forma de poder que objetiva eliminar o diferente e o indesejado, contudo viver em um mesmo espaço fortificado parece não garantir a experiência sociocultural, já que as diferenças e estranhezas não se extinguem.

Palavras-chave: Racionalização. Cultura da diferença. Cultura do consumo. Espaços fortificados.

URBAN RATIONALIZATION AND THE IMPACT OF FORTIFIED SPACES ON THE CITY'S SOCIAL DYNAMICS

Cristiano Ricardo de Azevedo Pacheco

Doutorando em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas – FEUC/ Coimbra e em Sociologia

PPGS/ UFS (Cotutela)

Bolsista CAPES

cristiano.pacheco@uc.pt

Abstract

The present work is part of a discussion agenda that approaches notions related to the sociology of cities, involving the observation of the rationalization of everyday urban life, where the principles that underlie the established order are perceived in different social instances, through the transformations interpersonal relationships generated by increased social restriction and individualization. We intend to discuss the issue of difference and otherness based on the observation of the rationalization of cities and the consequent imposition of consumer culture, interwoven with the use and occupation of urban spaces by architectures that give rise to fortifications, such as shopping centers, shopping centers, gentrified spaces, closed residential condominiums, among others, that make up our object of study. Methodologically, the work is based on the contextualization of the culture of difference and social coexistence in large cities in Latin America, based on the critical references of today and on the observation, in recent years, of the proliferation of constructions of fortified spaces. We emphasize that the fortified space that constitutes modern borders based on consumption patterns implies the creation of new urban ways of life, characterized as a form of power that aims to eliminate the different and the unwanted, however living in the same fortified space does not seem to guarantee the sociocultural experience, since the differences and strangeness are not different.

Keywords: Rationalization. Difference culture. Consumer culture. Fortified spaces.

Os grandes aglomerados humanos sempre foram encarados como um importante tema de investigação nas Ciências Sociais. Já desde o modernismo, as cidades esbanjam problemas de todos os tipos e, nesse sentido, constituíram uma exaltante matéria de investigação nas Ciências Sociais, porque anunciam comportamentos e condutas, mas também imaginários e sociabilidades, que se diferenciam a cada instante (FORTUNA; LEITE, 2009).

Este trabalho busca trazer ao debate o movimento do cotidiano das cidades modernas, que coloca em confronto a preservação da autonomia e a individualidade diante das novas relações sociais da vida urbana, que se apresenta coletivamente, ou mesmo publicamente pela aglomeração. Enfatiza-se o modo de vida nas cidades modernas, frente ao crescimento da interação humana afetaram profundamente a relação entre as pessoas. Nesse ponto, compreendemos que os graus de distanciamento e proximidade entre os indivíduos e grupos são cruciais para o entendimento sobre a vida na metrópole.

Portanto, as semelhanças e as diferenças de comportamento dos indivíduos e grupos sociais validam a tese de que o espaço urbano, constituído de relações sociais complexas e até contraditórias de afastamento, de aglutinação, de solidão e de proximidade, se tornou uma característica da modernidade na mesma dimensão que a industrialização, e que os desdobramentos do capitalismo tendem a reificar a condição urbana. Nessa direção busca-se apreender o que Simmel (1973) já afirmava quando definiu que as pessoas que vivem nas metrópoles constroem uma barreira racional de indiferença cultivada, o que provoca uma atitude *blasée*¹, tornando-se pessoas mais reservadas e distantes.

Simmel (1973) percebeu uma nova liberdade considerada como um aspecto inerente à vida moderna. Ele julgava que o indivíduo moderno tinha a chance infundável de compor vários papéis em sua vida particular. Contudo, essa conformação moderna multifacetada na variedade de círculos sociais, apesar de incentivar a consciência de liberdade do indivíduo, cobra um preço alto, pois, mesmo com a possibilidade da especialização funcional das pessoas e de seus trabalhos, ambivalentemente, começam a acontecer novas restrições e reduções das liberdades individuais.

¹ Expressão francesa que denomina o comportamento indiferente em relação às "novidades" do mundo. Segundo Simmel, *blasé* é um dos dois extremos do comportamento humano influenciado pela vida moderna, no qual a pessoa, em meio à coisificação e planificação causada pelo dinheiro e controle rígido do tempo, mergulha em sua própria subjetividade sem se envolver com o ambiente externo, o qual considera desprezível.

Nessa direção, Leite (2010), também aponta que mesmo com todas as vantagens e desvantagens que têm acontecido com a transição da vida rural para a vida urbana, surgiram, nesse intervalo, a presença de aspectos rotinizados e repetitivos que viessem assegurar os limites da obriedade das ações humanas, e assim, as pessoas pudessem se inter-relacionar com segurança. Deste modo, o autor levanta a questão: “em que medida as cidades contemporâneas podem ser consideradas cenários da vida pública, no sentido de espaços cenográficos construídos para a estetização das sociabilidades” (LEITE, 2010, p. 244). Portanto, entendemos que, imerso nesse processo, percebe-se uma mudança imposta para o movimento das relações interpessoais, gerada pelo aumento da restrição individual. Nesse sentido, as certezas egóicas são colocadas em questão, constituindo um novo universo privado, determinando fronteiras e resultando no encolhimento da capacidade de defrontação das angústias inerentes à existência.

É nessa linha de questionamento que se coloca o presente trabalho, ao considerar-se que a diferença tem um forte papel para a ação no âmbito das relações dos indivíduos, e é ela que incentiva grande parte da nossa atividade e nos faz observar e entender o outro, assumindo o local adequado perante ele (SIMMEL, 2006). Referenciamos o termo diferença como nos explica Rogério Leite (2010) em que se apoia nos estudos pós-estruturalistas, sintetizada na expressão *différance*, de Jacques Derrida. Em que “... os sujeitos e suas identidades são construídos no jogo dissonante das interações, e não seguem uma lógica linear meramente subjetivista ” como pensavam as concepções fenomenológicas e interacionistas (*Op. Cit.* p. 254).

Nesse sentido, este trabalho propõe discutir o condicionamento das relações de alteridade atreladas aos espaços fortificados alicerçados sob certos valores presentes na sociedade de consumo. Assim, partimos para analisar o desenvolvimento das relações de afastamento social a partir da imposição espacial conduzida pelos processos de implantação de arquiteturas e equipamentos urbanos fortificados², sobretudo quando estas estruturas se cristalizam como barreiras físicas que fragmentam territórios. Barreiras estas que muitas vezes são invisíveis do ponto de vista estético formal, mas ao mesmo tempo, delimitadoras não somente de indivíduos, mas de grupos sociais da apropriação plena do espaço da cidade. São aquelas que

² Em geral, grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nessas cidades constroem enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo (CALDEIRA, 2003).

estão na base de várias fraturas de ordem econômica, social, cultural e política. Os espaços fortificados como shoppings centers, centros comerciais, espaços gentrificados, condomínios habitacionais fechados, dentre outros, “reúnem as barreiras materiais e imateriais, componentes que caracterizam os confinamentos daqueles que se fecham e os espaços exteriores dos outros, dos que não se reconhecem” (ALVES; FERNANDES, 2014, p. 26).

Nessa direção levantamos a discussão a respeito do papel da arquitetura e do urbanismo como instrumento de ação e transformação das cidades, frente às novas dimensões dos territórios sócio estruturados das cidades contemporâneas. Desse modo, pactuamos com a postura analítica que toma as questões culturais urbanas como importante elemento para o entendimento das dinâmicas da vida urbana e movimentam as práticas sociais na cidade.

A partir dessa premissa, questionamos como se desenvolvem as relações de distanciamento, estabelecidas a partir da imposição espacial conduzida pelos modernos espaços urbanos e suas arquiteturas de afastamento, pois, tais equipamentos parecem induzir aos confinamentos, à segregação e à fragmentação do espaço e das relações sociais que ressoam como formas de alteridade socioespacial.

Assim, este trabalho está desmembrado em duas partes, onde na primeira encontra-se a contextualização de temáticas relacionadas à sociologia das cidades, apresentando de forma breve como a cultura da diferença pode estar imbricada nas configurações atuais das relações sociais. Portanto, esta pesquisa conta com um embasamento teórico dedicado à contextualização quanto ao desenvolvimento das relações de distanciamento - cultura da diferença. E, posteriormente, assinalamos uma discussão que se inicia sobre a proliferação da apartação espacial e social, tendo em vista os processos utópicos de embate frente a alteridade social representados pela maioria dos modelos de planejamento urbano ditos modernistas.

Uma abordagem sociológica do espaço urbano: arquiteturas e urbanismo fortificados e seus contextos socioespaciais

Partindo das ideias propagadas pelo sociólogo alemão Georg Simmel (1903), pode sugerir-se que uma das características da vida moderna seria a forma de como a interação das pessoas é

afetada pelo movimento urbano moderno. Simmel (1973) também ratifica que o processo de urbanização mudou a forma de interação social que havia no espaço rural, pois as pessoas não estavam preparadas para lidar com os estranhos que encontravam nas metrópoles. Esses estranhos assumiam várias formas - desde o comerciante até o pobre - , sendo todos definidos por suas relações sociais com os outros, de tal forma que os estranhos não são concebidos, de fato, como indivíduos, mas como estranhos de um tipo específico (SIMMEL, 1973).

Atualmente, um estranho ou grupo de estranhos, passa a estar conectado espacialmente à comunidade, mas não socialmente, portanto as relações podem estar caracterizadas tanto pela proximidade, quanto pela distância. Esse contexto do distanciamento se acentua com Zygmunt Bauman (2009), quando ele critica a forma como as pessoas esquecem ou negligenciam o aprendizado das capacidades necessárias para conviver com a diferença, principalmente quando experienciam uma crescente sensação de horror diante da ideia de se encontrar frente a frente com estranhos.

Simmel (1973) considerava que nas sociedades pré-modernas as pessoas tinham familiaridade íntima com aqueles ao seu redor, ao passo que no ambiente urbano moderno os indivíduos quase nunca se conhecem. Nesse aspecto, aprofundando-se nos aspectos colocados por Simmel (2006), o autor parece fazer a analogia entre sociologia e teatro, quando ele define sociabilidade como uma maneira de relação de entretenimento e, assim, evidencia a ideia de que o agir é um jogo de cena, mas com personagens versáteis e enredos esboçados (LEITE, 2010). Enredos estes que parecem ser roteirizados por espaços da produção e consumos culturais, inclusive espaços convencionais como os domésticos (FORTUNA; FERREIRA; ABREU, 1998).

Neste sentido, Carlos Fortuna *et. al.* (1998) afirma que alguns espaços urbanos potenciam o reforço das relações de sociabilidade e que, nesse aspecto, resulta que são espaços com uma estrutura arquitetônica e uma lógica simbólica de funcionamento que impõe regras aos seus usuários e orientam os seus modos de estar e de apropriação. Assim, abre-se aqui um campo de investigação, que visa discutir: a) até que ponto podem as lógicas da arquitetura de exclusão contribuir para o exercício da cidadania coletiva? b) podem, os espaços públicos e/ou privados fechados, serem um entrave ao exercício da cidadania? Afinal o espaço é um reservatório das dinâmicas sociais e em nenhum lado a transformação social é mais visível

que em sua própria transformação e reestruturação. É por isso que as relações sociais e os estilos de vida estão, acima de tudo, inscritos nas configurações espaciais das cidades que habitamos (PEIXOTO, 1995, p. 147).

A impessoalidade e o individualismo moderno, conduzidos pelo capital financeiro, parece ser mais outra face da socialização e um dos fatores fundamentais na composição das cidades contemporâneas. Vale aqui destacar a importância da influência do dinheiro nas múltiplas formas da vida moderna, como, por exemplo, o ar *blasé* nas relações pessoais e as crises de valores da modernidade, na vida das cidades. Sobre o aspecto do dinheiro como um condicionante de identificação de aspectos sociais, Simmel já nos esclarecia que este conduz as relações da modernidade a um distanciamento estimulante de uma atitude de indiferença entre as pessoas e, assim sendo, elas se resguardam de uma proximidade afetiva com outras socialmente distantes (SIMMEL, 1973).

Enfim, evidencia-se a cidade moderna como um campo no qual existem competições por poder e rivalidades em torno de significados e processo de identificação e diferenciação, ou seja, entende-se que a reinvenção de diferenças e fronteiras são aspectos inerentes à modernidade. São características que destacam a ausência de consensos em questões relacionadas com valores e significados na sociedade moderna. Contudo, permitimo-nos aqui relacionar tal abordagem ao questionamento e subsequente resposta de Bauman ao indagar a obsessão que as pessoas têm de demarcar fronteiras. O autor responde:

[...] essa obsessão deriva do desejo, consciente ou não, de recortar para nós mesmos um lugarzinho suficientemente confortável, acolhedor, seguro, num mundo que se mostra selvagem, imprevisível, ameaçador; de resistir à corrente, buscando proteção contra forças externas que parecem invencíveis e que não podemos controlar, nem deter, e menos ainda impedir que cheguem perto de nossas casas, de nossas ruas. Seja qual for a natureza dessas forças, todas as conhecemos pelo nome – esclarecedor, mas desviante – de globalização, ou planetarização (BAUMAN, 2009, p. 76).

O preceito de distinção social, parece estar diretamente associado à formação da diferença da sociedade de consumo, e essa relação vincula-se nitidamente pela possibilidade de obtenção de determinados objetos e acesso a certos espaços. Portanto, é notório que o aspecto de diferenciação é determinado pelos objetos de consumo, e, dessa forma, servem para o reconhecimento dos indivíduos que podem ser considerados iguais ou não, e consequentemente dignos de participarem ou não de um determinado grupo.

A restrição individual, dessa forma, se torna a exigência de segurança diante das relações sociais, constituindo-se assim uma nova atmosfera privada, apontada pela redução da aptidão de afrontamento das aflições particulares à vivência urbana. Com isso, o homem passa a proteger-se no consumo, tomando-o como alternativa de resposta ao mal-estar da vida na cidade. Portanto, vê-se que as cidades contemporâneas apresentam as maneiras antagônicas de encarar os estranhos e suas diferenças, onde as pessoas se deslocam, mas não conseguem se afastar do pressentimento de estranheza diante das diferentes relações com os outros (BAUMAN, 2009). A partir dessa percepção da sociedade na atualidade, a intensificação da constituição de subterfúgios para lidar com tal processo torna-se indispensável, e, nesse sentido, encontram-se formulações de delimitação da diferença, onde são identificados grupos de diferentes que não se enquadram na conjuntura social específica em que vivem. Assim, a instigação a tais desenquadramentos tem em vista afastar esses grupos e, conseqüentemente, isolá-los.

Outra ambivalência fincada no conceito da cidade moderna está registrada nas questões de (in) segurança, no sentido de proteção contra os perigos urbanos. Esse tema esteve sempre entre os principais estímulos para construir cidades, onde as demarcações físicas de territorialidades já se definiam com extensos muros ou cercas. Era o limite demarcado entre “nós e eles”, entre “ordem e caos” (BAUMAN, 2009). Contudo, essa dinâmica se inverteu ao ponto de ter que se pensar mais no perigo do que na segurança, e, nesse aspecto, as cidades em vez de se constituírem em defesa contra o perigo, estão se tornando objetos onde se propagam a insegurança produzida pelo outro. A morfologia da cidade moderna se configura nos moldes dos assentamentos dos longos muros e das fachadas que ignoram as ruas e seus espaços públicos, propiciando espaços externos inseguros. Os exteriores são hostis, com aspectos semelhantes ao de uma fortaleza, vigiados por vistosas guaritas com guardas uniformizados e com a ostentação de ornamentos provocadores e caros (Idem).

Aqui, voltamos a remeter-nos à ideia de cenário e teatralização da vida urbana, como relata Leite (2010), em que todo o contexto de medo urbano que envolve as cidades modernas passa a interferir diretamente nos cenários que são compostos pela arquitetura e urbanização que definem a morfologia dos lotes, das calçadas, das ruas e dos bairros das cidades. Leite convida a discutirmos em que medida os cenários públicos concebem um local propício às sociabilidades lúdicas referenciadas por Simmel (2006), já que nesses processos encontramos

espaços urbanos higienizados e esteticamente ordenados. Leite (2010) também nos provoca acerca de uma discussão das relações sociais em espaços mercadologicamente construídos, ao ponto de afirmar que a paisagem urbana tem sido cenografada, mas as ações sociais não, já que continuam escorregadias quanto a qualquer enquadramento rígido em papéis sociais determinados.

Portanto, parece visível que os indivíduos modernos tenham muitas rejeições às maneiras disciplinares impostas, pois percebe-se que as pessoas não reagem de forma indiferente diante das normas de um composto social, sobretudo, quanto aos debates dos modos de subalternidade. Tal condição gera um cenário de incongruência do sujeito ao universo em que vive, resgatando dessa forma, o entendimento de que todos são diferentes, estranhos, incomuns e singulares, ou “sobras” de determinadas comunidades (BAUMMAN, 2011).

Dessa maneira, cabe então ao cientista social tencionar a motivação dos agentes envolvidos nesses processos, levantando questionamentos e hipóteses que auxiliem no entendimento destes cenários. Afinal, na direção do entendimento quanto às mentalidades e relações sociais, constitutivas do que se pode designar por cultura urbana, “viabiliza-se dizer que, consumada historicamente, através a noção de que a cidade se restringiu à espacialidade física do edificado, ao contrário do que sucederia com a cultura urbana, que não deixou de se propagar para além dos limites físicos da cidade” (FORTUNA, 2009, p. 86). Por outro lado, uma vez que vivemos no tempo das cidades e que estas assumem um protagonismo crescente enquanto arcabouço de processos políticos, econômicos e culturais. São estes aspectos que reforçam o pressuposto de que “as cidades estão a ser encaradas como atores sociais e nesse sentido, as cidades vêm personificando um conjunto de dinâmicas marcantes nos nossos dias que as fazem assumir um local central na civilização moderna” (PEIXOTO, 2000, p. 100).

Portanto, levando-se em consideração que uma cidade cujo sentido original de polis está fundamentado na interconectividade (ALVES; FERNANDES, 2014), entendemos que as arquiteturas e os equipamentos urbanos fortificados e enclausurados, bem como sua relação com o exterior, compreendem objetos compostos por territorialidades e a percepções do espaço de formas distintas e antagônicas. Fato que torna necessário apreender como que as geografias do medo, baseadas em conceitos de afastamento, enclausuramento e células de autoisolamento, são parte de complexas expressões de metrópole, em que são recriadas

tipologias de bairro, de condomínios privados ou de cidades pós-modernas que estilham o relativamente homogêneo léxico teórico da cidade no mundo ocidental (FORTUNA, 2009). Nesse sentido, passam-se a existir novas formas de cidade que revelam reconfigurações urbanas que não se compaginam com a morfologia, a arquitetura ou o sentido político e social típico-ideal da cidade da antiguidade, em torno da qual se construiu aquele léxico (*Op. Cit.* p. 84).

Neste ambiente, Paulo Peixoto (2010) assevera que a arquitetura pós-moderna, tem a função específica de permitir outra realidade, e nesse sentido, a iconicidade se torna, cada vez mais um jogo de falsas aparências, pois as cidades são performativas na forma como as vivemos e como as verbalizamos e assim, a arquitetura se torna o contrutor de uma cenografia urbana do teatro da ação social. Ainda assim, Paulo afirma que “a arquitetura compõe um contexto sensorial, e, sobretudo visual, que se pretende seja capaz de adquirir um valor emblemático e de gerar significados sociais” (PEIXOTO, 2010, p. 156). Logo, a análise proposta justifica-se a partir do entendimento que um poder considerável é concedido àqueles que detêm e controlam os espaços urbanos, como os arquitetos, planejadores, políticos e a burguesia mercantil.

Neste cenário, nos interessa apreender sobre os interesses outros que não os exclusivos aos aspectos da prática do consumo da arquitetura, mas os arranjos econômicos entremeados nestes processos, e em que medida estes agenciam as formas de socialização balizadas pela cultura urbana da diferença.

O modernismo como utopia de embate à alteridade social

Embora tenha se espreado para diversas partes do mundo, a literatura sugere que é na América que as arquiteturas fortificadas têm se proliferado de maneira mais contundente, em especial nos países da América Latina, bastante influenciado pelos índices de desigualdade e violência desses países, pelas dificuldades de governança do Estado e, especialmente, pela forte atuação do mercado imobiliário nessas cidades (CALDEIRA, 2003).

Neste contexto, várias cidades latino-americanas são exemplos de situações que combinam a proximidade física com a distância social³, “como é o caso da proximidade das favelas e de áreas de residência de população de alta renda, a exemplo, os condomínios fechados e seus entornos” (BÓGUS, 2009, p. 119). Destarte, nesse aspecto, a cultura da diferença torna-se um importante foco de análise, ao encontrar-se relacionado à formação de espaços com predisposto grau de homogeneidade social e conseqüente afastamento. Portanto, justifica-se o estudo sobre o processo de afastamento geográfico aqui explanado, já que tal inquirição clarifica o entendimento quanto aos processos socioespaciais, enquanto responsáveis pela estruturação das cidades, bem como a compreensão dos mecanismos produtores de relações de interação e sociabilidade entre diferentes grupos e classes sociais (BÓGUS, 2009, p. 121).

A análise do vínculo social e espacial tem alimentado os debates teóricos sobre a explicação dos usos, onde parece identificar-se a conceituação de práticas sociais, calcadas no prisma do espaço (território) vivido, como um indutor de mecanismos de decisão dos sinais do funcionamento das sociedades. Busca-se, desse modo, compreender a extensão e os sentidos dessas configurações socioespaciais que invadem paulatinamente a cidade, sobretudo os espaços enquadrados em configurações de proteção à ambivalência da vida urbana (BAUMAN, 2003). Parece-nos ser uma conformação assentada no “paradigma imunológico”, do século passado⁴, polemizado por Chul Han (2017, p.13), em que “o mundo organizado imunologicamente possui uma topologia específica, marcado por barreiras, passagens e soleiras, por cercas trincheiras e muros”. Conforme salienta Chul Han, pela *defesa*, afasta-se tudo que é estranho. O objeto da *defesa imunológica* é a estranheza como tal. Mesmo que o estranho não tenha nenhuma intenção hostil, mesmo que ele não represente nenhum perigo, é eliminado em virtude de sua alteridade. Portanto, deduz-se que a proteção se impõe contra pessoas e grupos indesejáveis em que a arquitetura contemporânea e os espaços defensáveis têm como objetivo o controle do indesejável através da construção de barreiras arquitetônicas e semióticas que buscam filtrar o inconveniente.

Nessa linha, Bauman (2009) adverte que, se originalmente os muros e fossos da cidade construía uma fronteira entre os cidadãos e os considerados estranhos, atualmente a

³ Conforme Bógus, existe uma diferença entre a segregação espacial e a segregação sociológica, havendo casos em que se registram grandes distâncias sociais em contextos de proximidades geográficas.

⁴ Segundo Chul Han o século passado foi uma época imunológica. Trata-se de uma época na qual se estabeleceu uma divisão nítida entre dentro e fora, amigo e inimigo ou entre próprio e estranho.

arquitetura contemporânea produz uma apartação também entre membros de uma mesma sociedade. Como exemplo, o isolamento nos condomínios fechados que são também a expressão de uma mixofobia (medo de misturar-se), ou seja, uma negação da heterogeneidade e a diversidade que se alastra na caracterização das cidades.

Contudo, nesse contexto de alteridade, Bauman (2011) traz à tona a discussão quanto às soluções radicais para a ambivalência da vida na cidade, em que se possa tornar suportável a angústia da incerteza do estranho para fazer com que se possa conviver com ela. Tais soluções seriam a redução, ou eliminação por completo, do elemento surpresa na conduta dos estranhos, como também determinar formas e meios de tornar irrelevante esse elemento de contingência. Contudo, ambas as estratégias, visam transformar a cidade num mundo de eventos repetitivos e padrões assimiláveis. Seriam anseios modernistas racionais em que utopias arquitetônicas e de planejamento urbano tornariam a cidade “ordenada”, transparente e previsível.

Aquilo que dirigiu o olhar dos que sonhavam com a ordem para arquitetura e o manteve lá foi a crença – tácita ou explícita – de que homens e mulheres se comportam tal como solicitado pelo mundo que habitam: torne esse mundo regular, e você tornará regulares os desejos e as ações deles; elimine desse mundo tudo de acidental e não planejado, e você contará as raízes de todos os caminhos e comportamentos erráticos. Nesse sentido, o planejamento urbano era uma guerra declarada aos estranhos – àquela subdeterminação, àquela enigmática idiosincrasia que transforma os outros em estranhos (BAUMAN, 2011, p.176).

Bauman (2011) critica essa racionalidade modernista ao ponto de caracterizar tal momento como de pouco desenvolvimento de espaço homogêneo, categorizando, os espaços criados, como agregados de áreas qualitativamente distintas, de atração altamente seletiva, cada qual distinguida não só pelo tipo de habitantes permanentes, mas também pelo tipo de estranhos incidentais que talvez a visitem ou passem por ela. Ou seja, ao se colocar a habitação fortificada como exemplo, percebe-se que o estranho está constantemente nas *antepostas* dos condomínios fechados e de suas casas onde cada vizinho ao observar e ser observado torna a moradia numa modalidade de guerra territorial, e os atritos na fronteira, o meio prático de tornar reais as fronteiras.

Assim, viver em uma comunidade de semelhança mixofóbica, que busca proteção em um espaço privado em detrimento do público, não é capaz de diminuir os riscos e menos ainda de evitá-los. Quanto mais se vive num ambiente homogêneo e uniforme, a socialização tende a

se tornar superficial, pois sendo os significados os mesmos, diminui o risco de haver mal-entendidos e torna-se desnecessário o processo de diálogo e tradução de significados em outros. Para ele, é provável que as pessoas desaprendam a arte de negociar significados, pois nesses espaços constituem-se no reflexo da busca da homogeneidade social e da sua consequente proteção (BAUMAN, 2011).

Portanto, nesse contexto da problemática espacial que contorna as limitações impostas às formas de sociabilidade, dentro do universo de constituição complexa dos diferentes grupos sociais, devemos buscar responder à questão central sobre o peso das repercussões dos padrões arquitetônicos, projetos, planos e processos urbanos de alteridade social, sobre as percepções de usos da cidade que sejam adequados aos padrões de sociabilidade urbana hoje.

Considerações finais

Entre os temas de maior relevância para o entendimento das transformações sociais nos centros urbanos, a problemática da manutenção e/ ou promoção das possibilidades de fortalecimento das sociabilidades, conformado nos padrões da vida na cidade e seus espaços e arquiteturas se mostram como determinantes de novas e necessárias configurações urbanas. Uma vez que se vê emergir nas cidades brasileiras um novo padrão de relacionamento entre os grupos sociais e a sociabilidade de alteridade, que tem relação expressiva na constituição da arquitetura da vida entremuros físicos e imateriais.

O debate brevemente apresentado sugere uma agenda da sociológica das cidades, onde a racionalização da vida urbana possa se constituir no cerne das questões postas na modernidade como formas de interferir nas relações interpessoais, levando os moradores das cidades modernas a buscarem a autonomia, a individualidade ou mesmo a plena socialização.

Neste aspecto, a apreensão sobre os espaços fortificados se convertem, em muitos casos, em objetos mercadológico em que o consumo tornou-se um mecanismo de anulação da diferença entre os “iguais” e afastando os que são estranhos e estilizando a vida a partir da exibição de bens, um exemplo claro dessa condição, é o padrão da arquitetura residencial de luxo e enclausurado como signo incorporado às associações imaginárias e simbólicas. Não obstante, depreende-se que a vida entre homogêneos, dentro dos espaços arquitetônicos fechados, se cria um microcosmo social que aparentemente rompe com as nuances da busca da cidade real.

Porém, a busca de compreensão das sociabilidades, diferenças e indiferenças no seio da sociedade atual surge imbricada na contextualização da formação de grupos homogêneos e/ou heterogêneos, de acordo com o incômodo que a alteridade na cidade representa. Contudo, mesmo que se tenha vizinhos homogêneos, eles sempre serão estranhos que vivem ao lado e assim, sempre serão potencialmente tratados.

Logo, viver em um mesmo espaço fortificado, parece não garantir a experiência sociocultural concreta de uma comunidade de um estilo de vida único e que se compartilha. Assim, suspeitamos que a convergência analítica entre cultura de consumo e a implantação socioespacial inerente às arquiteturas e equipamentos urbanos austeros, ensejam, mas não garantem tais possibilidades, cabendo ao trabalho investigativo, desvendar as potencialidades relacionais entre as experiências definitivamente reais, e assim se aprofundar.

Portanto, são exatamente comportamentos tipicamente mixofóbicos, que devem ser revistos tanto em termos analíticos, quanto à formação urbana e social entrelaçada de sentidos cidadania e de sociabilidades. Sobretudo ao serem identificados condições de formação estrutural urbana que se estabelecem em sentimentos de anulação do estranho, mas que ao mesmo tempo percebe-se que as estranhezas e diferenças não se extinguem.

Assim, o conhecimento aprofundado das alteridades espaciais e de suas manifestações nas cidades constitui um importante instrumento para subsidiar políticas públicas que tenham por objetivo intervir nos processos socioespaciais e nos contextos a eles associados.

Referências bibliográficas

ALVES, L. R. S.; FERNANDES, J. L. Os processos de fragmentação da cidade e a territorialidade dos residentes nos condomínios fechados. Relação com o planejamento estratégico dos lugares. **GeoTextos**, v. 10, n. 2, p. 13–29, 2014.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar ed. Rio de Janeiro: 2003.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Zahar ed. Rio de Janeiro: 2009.

- BAUMAN, Z. **Vida em fragmentos**. Zahar ed. Rio de Janeiro: 2011.
- BÓGUS, L. M. M. Segregações urbanas. In: **Plural de cidade: Novos léxicos urbanos**. Almedina ed. Coimbra: 2009. p. 115–126.
- CALDEIRA, T. P. DO R. **Cidade de muros**. 34 e EDUSP ed. São Paulo: 2000, 2003. v. 9
- FORTUNA, C. Cidade e urbanidade. In: **Plural de cidade: Novos léxicos urbanos**. Almedina ed. Coimbra: 2009. p. 83–97.
- FORTUNA, C.; FERREIRA, C.; ABREU, P. Espaço público urbano e cultura em Portugal. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 52/53, p. 85–117, 1998.
- FORTUNA, C.; LEITE, R. P. **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Almedina ed. Coimbra: 2009.
- HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Vozes ed. Petrópolis: 2017.
- LEITE, R. P. Antinomias De Uma Comparação: Notas Sobre Uma Vida Urbana E Cena Teatral. **Revista TOMO**, n. 16, p. 243–258, 2010.
- PEIXOTO, P. A sedução do consumo. As novas superfícies comerciais urbanas : um estudo de caso. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 43, p. 147–170, 1995.
- PEIXOTO, P. Gestao estrategica das imagens das cidades. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 56, p. 99–122, 2000.
- PEIXOTO, P. Redes de cidades e inovação social. **Revista de Ciências Sociais**, v. 41, n. 2, p. 155–162, 2010.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida do espírito. In: **Cidade, cultura e globalização**. Celta ed. Oeiras: 1903.
- SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**. Guanabara ed. Rio de Janeiro: 1973.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia: Indivíduo e sociedade**. Zahar ed. Rio de Janeiro: 2006.

Recebido em 2020-05-31

Aprovado em 2020-06-29

Publicado em 2020-07-15

